

HABEAS CORPUS Nº 548.849 - SP (2019/0358169-4)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : MÁRIO LÚCIO PEREIRA MACHADO - SP231045
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CHARLES DOS SANTOS EVANGELISTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE. INTERRUÇÃO DO LAPSO PARA A AQUISIÇÃO DE BENEFÍCIOS. EXCEÇÃO PARA LIVRAMENTO CONDICIONAL, COMUTAÇÃO E INDULTO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 441/STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO.

Ordem concedida liminarmente nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Charles dos Santos Evangelista**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que deu parcial provimento ao Agravo em Execução Penal n. 9000800-46.2018.8.26.0032, nos termos da seguinte ementa (fl. 21):

Agravo em execução - R. Decisão que reconheceu a prática da falta disciplinar de natureza grave praticada em 23/12/2015 (prática de novo crime), determinando, ainda, a regressão ao regime fechado, a perda de 1/3 dos dias remidos, bem como a interrupção do lapso temporal somente para a concessão do benefício da progressão de regime.

Recurso Ministerial buscando a interrupção dos lapsos de todos os benefícios em sede de execução.

Possibilidade de interrupção do prazo para a concessão de progressão de regime e livramento condicional - Inteligência da Súmula nº 535 do C. STJ - Inexistência de distinção essencial entre os benefícios da progressão de regime e de livramento condicional - Precedente do C. STF - Precedentes desta Colenda Câmara de Direito Criminal - Súmula nº 441 do C. STJ que não é vinculante.

A prática de falta disciplinar de natureza grave não atinge a contagem com relação ao indulto e comutação de penas, visto que estes devem ser apreciados de acordo com o Decreto Presidencial aplicável.

Recurso Ministerial parcialmente provido.

Neste *writ*, a defesa sustenta, em síntese, que a prática de falta grave não pode acarretar a interrupção do lapso para o livramento condicional, questão pacífica e sumulada.

Superior Tribunal de Justiça

Aduz que o Tribunal de origem não observou a Súmula 441/STJ.

Requer, ao final, seja concedida a ordem determinando a realização de *novo cálculo de penas sem o efeito interruptivo decorrente da última prisão para o livramento condicional* (fl. 5).

É o relatório.

Do detido exame dos autos, constato a existência de nítido constrangimento ilegal a ser sanado, o que autoriza a concessão da ordem *in limine*.

Isso porque o acórdão do Tribunal de origem está em total dissonância com a jurisprudência pacificada nesta Corte Superior, no sentido de que *a prática de falta grave não resulta em novo marco interruptivo para concessão de livramento condicional. Inteligência da Súmula 441 do STJ* (HC n. 380.048/SP, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 22/3/2017).

De igual modo, os seguintes precedentes: AgRg no REsp n. 1.752.822/RS, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 30/8/2018; HC n. 373.274/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2017; e HC n. 364.570/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 30/9/2016.

Cabe mencionar, outrossim, que, ainda que se trate de unificação de penas, *a superveniência de condenação, seja por fato anterior ou posterior ao início do cumprimento da pena, não altera a data-base para a concessão dos benefícios do livramento condicional, comutação de pena e indulto* (HC n. 450.713/SP, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 17/8/2018).

Ante o exposto, **concedo liminarmente** a ordem para cassar o acórdão impugnado e afastar a interrupção da contagem do lapso, em relação ao cometimento de falta disciplinar de natureza grave pelo paciente, no que se refere ao benefício do livramento condicional.

Comunique-se com urgência.

Superior Tribunal de Justiça

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator